



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

16 a 20/04/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.1. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017	10
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	12
6.1. Produção e classificação de sentenças	12
6.2. Acervo concluso	13
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)	13
6.4. Audiências	15
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	16
7.1. Acervo da unidade	16
* Dados revisados no Portal de Estatísticas, em 18/4/2018.	17
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	17
7.2.1. Acervo total	18
7.2.2. Acervo ativo.....	19
7.2.3. Acervo suspenso	20
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	21
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	21
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado	21
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	21
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	22
9.1. Balcão de entrada	22
9.2. Processos em segredo de justiça	22
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)	23
9.4. Documentos pendentes de juntada.....	23
9.5. Remessa externa	24



10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	26
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	28
12.	RPVs e PRECATÓRIOS.....	31
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS.....	33
14.	LIVROS E PASTAS.....	34
15.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA.....	35
16.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	38
16.1.	CÍVEL.....	38
16.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	38
16.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização.....	38
17.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR.....	40
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS.....	41
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES.....	42
20.	ENCERRAMENTO.....	43



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 08ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (08VF-RJ), de 16 a 20/04/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 45 a 48 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/00338 e) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/00343), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/00322) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/00317), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (2017/7747 e 2018/00346) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/00344), a Advocacia Geral da União – AGU (2017/7744 e 2018/00341) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (2017/7752 e 2018/00335).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal Dr. RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatada nos mapas estatísticos a existência de 3.303 processos, sendo 1.028 físicos e 2.275 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 08ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (08VF-RJ)

Data de instalação: 30/01/1981

Endereço: Avenida Rio Branco, 243, Anexo II, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Juiz Titular: Dr. RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA, desde 11/02/2009.

Juiz Federal Substituto: DR. RICARDO LEVY MARTINS, desde 16/04/2018

Diretor de Secretaria: Dr. Adalberto Wilson Spier

Competência Cível.

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Maio/16	08	06	01	0	15	15
Abril/18	08	04	0	02	14	14

3.1. Servidores em teletrabalho

Há quatro servidores em teletrabalho, dois do Gabinete e dois da Secretaria, respeitando o limite máximo de 30% dos servidores em efetiva atividade na unidade de lotação (art. 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00013). Os gestores encaminham à Secretaria Geral da Seção Judiciária relatório trimestral de acompanhamento de desempenho dos servidores estabelecido no Anexo II da aludida resolução, os últimos, relativos ao primeiro trimestre de 2018, foram: JFRJ – OFI 2018/02520 e JFRJ – OFI 2018/02514.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor Adalberto Wilson Spier, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores Márcio Ramiro dos Santos e Lianne Machado, e pela Oficiala de Gabinete Patrícia Trindade Barretto, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 43,33% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

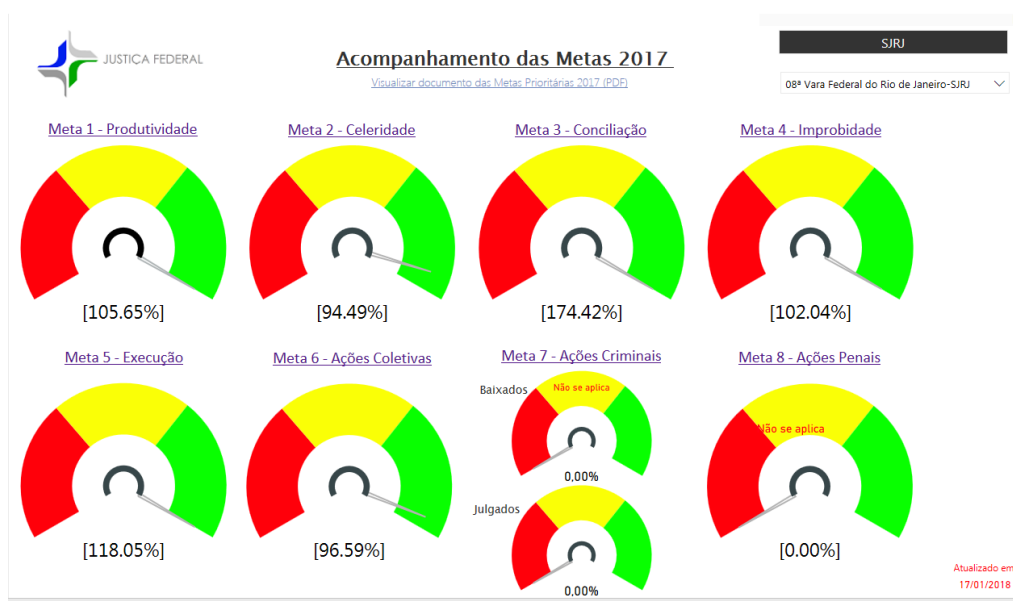
Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 05 a 09/06/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: juntada diária de petições; impedir paralização de processos por mais de 30 dias; conclusão para despacho em menos de uma semana; expedição de mandados em no máximo 15 dias; verificação semanal ou quinzenal de processos físicos com carga; expedição imediata de alvarás, análise das iniciais em no máximo um dia; acompanhamento de processos que terão audiência em 1 semana ou 15 dias antes.

5.1. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017



Não foram atingidas as Metas n°s 02 (94,49%) e 06 (96,59%), todas do CNJ/2017, a saber, por amostragem:

**Amostra de processos analisados:**

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00206489020044025101	Embargos à execução	Reajuste de 28,86%	Sim	Ato ordinatório dando vista aos embargados pelo prazo de 15 dias	09/04/18
00443654419984025101	Embargos à execução	FGTS – dívida ativa	Sim	Ato ordinatório determinando a manifestação da CEF em 15 dias	22/03/18
200451010110619	Ordinária/Tribut	REFIS – crédito tributário	Sim	Certidão atestando que não houve resposta ao mandado de fl. 295/296	13/04/18
200351010085001	Ordinária/Tribut	Juros – FGTS	Sim	Ato ordinatório determinando a manifestação da CEF em 20 dias	12/04/18
00057695419994025101	Ação popular	Responsabilidade civil de servidor público – indenização ao erário	Sim	Certidão negativa do mandado de fl. 891	11/11/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 649 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/04/2017 a 31/03/2018), com média de 54,8 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	119
B1	Homologatória de acordo	15
B2	Repetitiva (padronizada)	291
C	Sem resolução do mérito	224

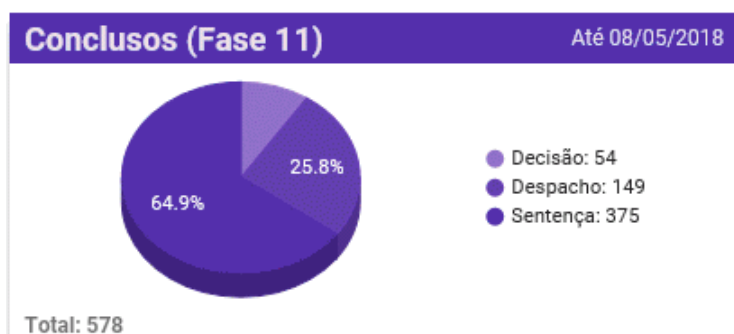
Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 19/4/2018.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR/2011, e 192 a 193 CNCR/2018, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0010345- 94.2016.4.02.5101	0157699- 60.2015.4.02.5101	0000760- 23.2013.4.02.5101	0230892- 40.2017.4.02.5101
0025596- 55.2016.4.02.5101	0118956- 10.2017.4.02.5101	0002177- 69.2017.4.02.5101	0099871- 38.2017.4.02.5101
0023988- 56.2015.4.02.5101	0000402- 69.2011.4.02.5120	0003334- 05.2002.4.02.5101	0112796- 66.2017.4.02.5101
0022071- 70.2013.4.02.5101	0005155- 53.2016.4.02.5101	0004695- 37.2014.4.02.5101	120141- 88.2014.4.02.5101
0017730- 69.2011.4.02.5101	0003946- 30.2008.4.02.5101	0030948- 91.2016.4.02.5101	0125928- 30.2016.4.02.5101

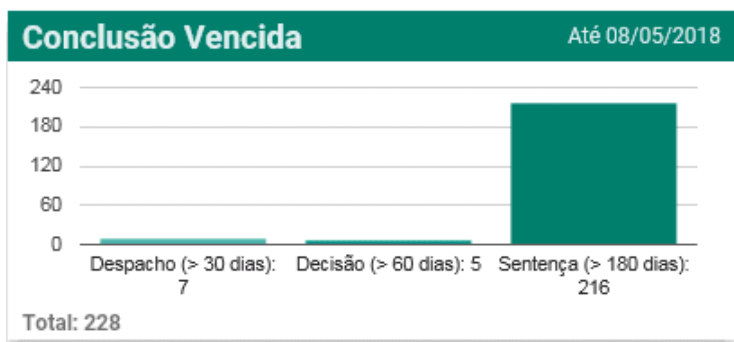
Fonte: PORTAL, acesso em 16/4/2018

6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 08/05/2018

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 08/05/2018

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 8/5/2018), indicava haver 216 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 57, CNCR/2018), inspecionados os mais antigos a saber:

Conclusos para sentença

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0039850-67.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Anulação de ato administrativo e crédito não tributário	826	26/4/16	742



0033940-30.2013.4.02.5101	AÇÃO DE USUCAPIÃO	Usucapião extraordinária	294	14/6/16	461
0145936-62.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Ação anulatória de multa administrativa	1819	27/6/16	680
0042649-88.2012.4.02.5101	CAUTELAR/ TRIBUTÁRIA	Suspensão de exigibilidade de crédito tributário	291	6/7/16	671
0042714-78.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Cumprimento de contrato do FIES	238	6/7/16	671
0129852-83.2015.4.02.5101	ORDINÁRIA/ SERVIDORES PÚBLICOS	Complementação de aposentadoria	371	18/7/16	659
0040582-53.2012.4.02.5101	ORDINÁRIA/ TRIBUTÁRIA	Compensação de crédito tributário	476	3/8/16	643
0051183-79.2016.4.02.5101	AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE	Reconhecimento de esbulho possessório	55	8/9/16	621
0046109-44.2016.4.02.5101	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Débito referente à concessão de uso de área em aeroporto	65	25/8/16	621

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão e despacho além dos prazos do art. 57, CNCR:

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0123060-16.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença coletiva, GDIBGE	564	11/4/17	392



0017495-63.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Reajuste 3,17%, SINTUFRJ	1170	14/7/17	298
0018176-62.2017.4.02.5101	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Responsabilidade civil	537	20/10/17	200

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0089313-75.2015.4.02.5101	AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Desvio de verba pública destinada a cobrir despesas com o abastecimento de veículos do IFRJ.	1184	13/3/18	56

No encerramento deste relatório não havia processos pendentes de despacho além do prazo do art. 57, CNCR.

Sugere-se priorizar a prolação de decisões e sentenças nos processos conclusos além dos prazos do art. 57, CNCR.

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/04/2017 até 31/03/2018) foram designadas aproximadamente 65 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



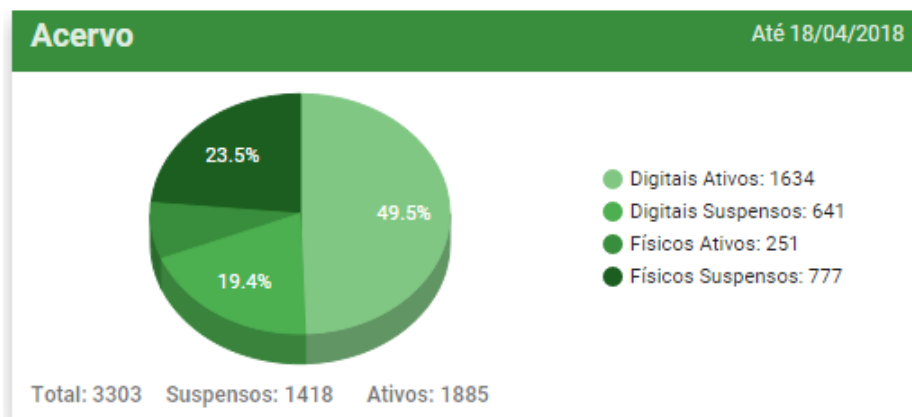
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Março ▾ Vara : 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro ▾

Tipo de Processo ▾

			Eletrônico	Físico	Total	
Medidas ▾ Ano ▾ Situação Processo ▾	Processos	2014	Trâmite	1369	1436	2805
			Suspensão	244	800	1044
			Recurso TRF-2	376	908	1284
		2015	Trâmite	1564	1143	2707
			Suspensão	396	860	1256
			Recurso TRF-2	428	613	1041
		2016	Trâmite	1518	668	2186
			Suspensão	515	810	1325
			Recurso TRF-2	655	567	1222
		2017	Trâmite	1216	327	1543
			Suspensão	640	815	1455
			Recurso TRF-2	794	565	1359
		2018	Trâmite	1593	254	1847
			Suspensão	628	774	1402
			Recurso Turma Recurs	1		1
Total			12709	10933	23642	



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 18/04/2018



Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

TRF2
Fls 34

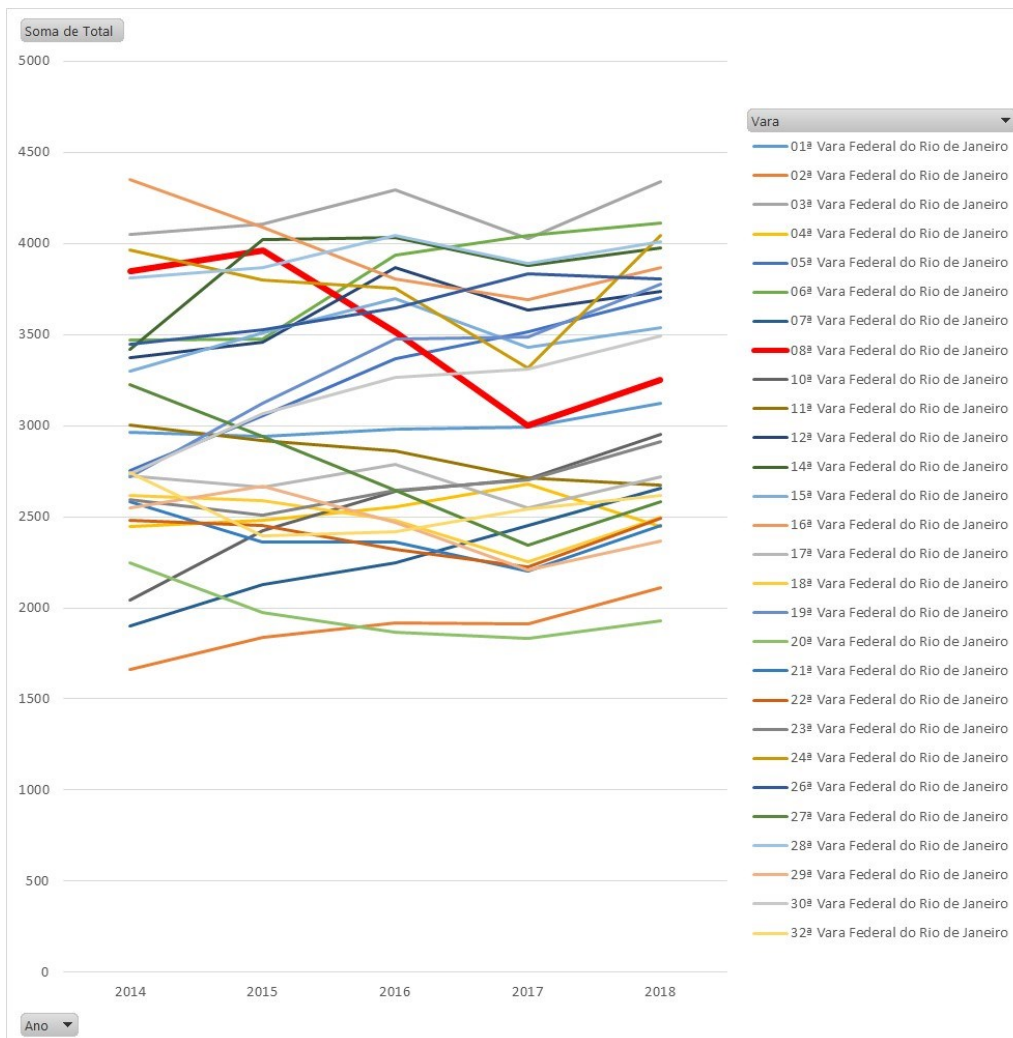
	Correição Jun/2014*	Correição Mai/2016*	Correição Abr/2018
Total	5.072	4.690	4.414
Suspensos	1.099	1.354	1.402
Remetidos às Instâncias Superiores para julgar recurso	1.228	1.221	1.165
Tramitação ajustada	2.745	2.115	1.847

* Dados revisados no Portal de Estatísticas, em 18/4/2018.

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência



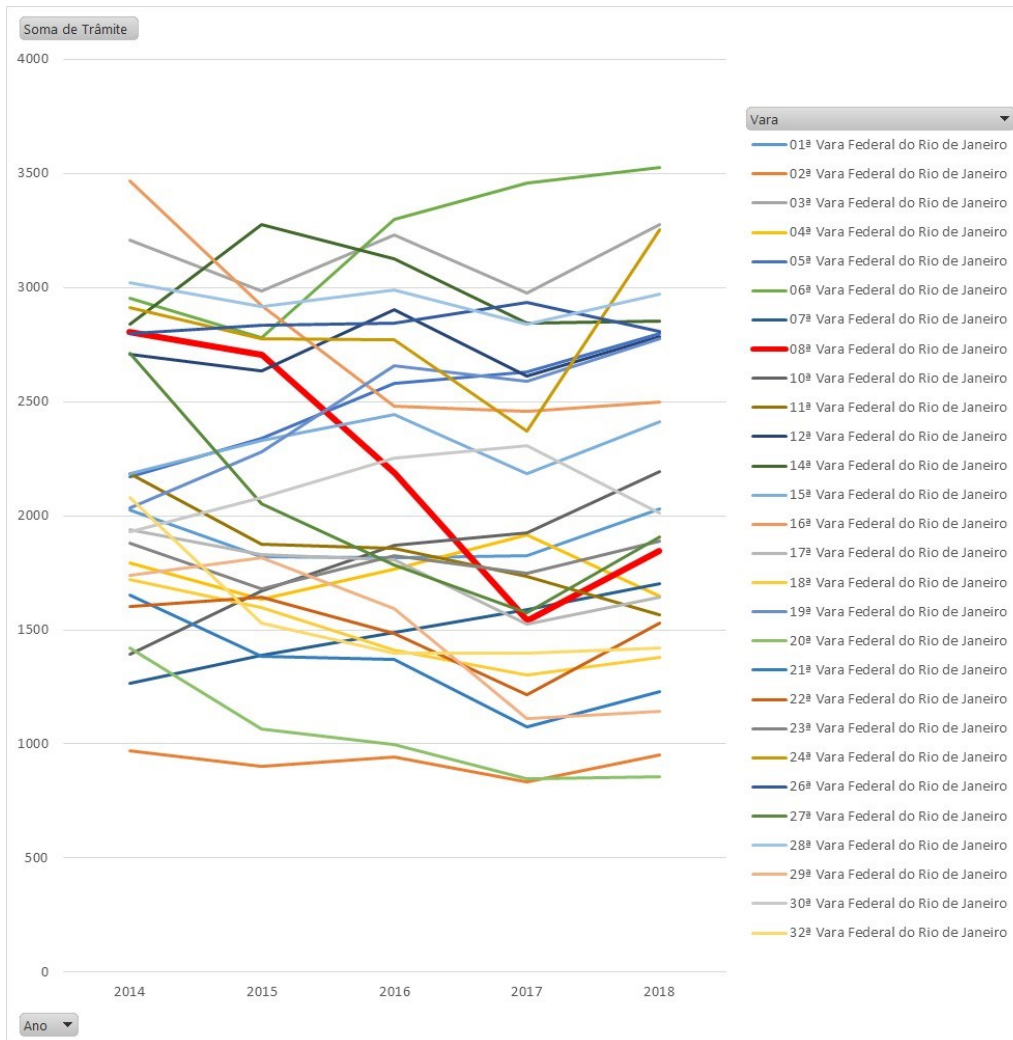
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 18/04/2018



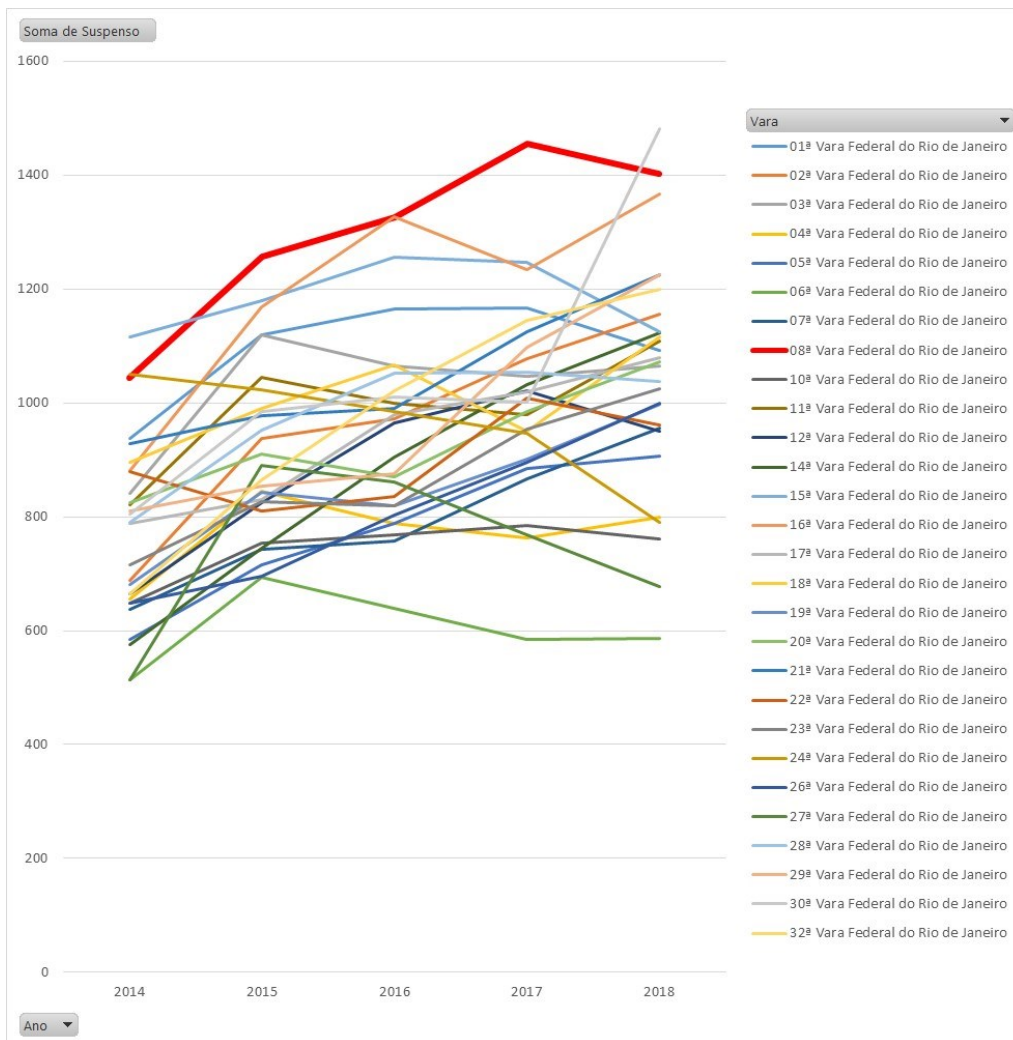
7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 18/04/2018



7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 18/04/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Como o processamento está em dia, não há triagem de processos para tramitação prioritária.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

Quando o servidor da Secretaria verifica a maturidade do processo para sentença, encaminha para o Diretor, que faz a conferência e encaminha à servidora do gabinete, Camila. Esta faz nova análise e abre conclusão. Há pouca conversão em diligência.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

O controle de prazos específico para os processos físicos que aguardam recurso da sentença é fácil, pois são poucos. Já os eletrônicos ficam em um local “Aguardando Prazos”, que diariamente é verificado por um servidor e, quando é o caso, envia para outro local “Petição Juntada”, onde outros servidores preparam a minuta de despacho. Quando há o trânsito em julgado, são cadastrados os movimentos 73 e 18 no APOLO.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe-Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara	Dt. Ult. Distr.
0219220-35.2017.4.02.5101 - Local 8) 2018.3020.085941-6		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		13/04/2018 19:37	WEBSERV			
0015576-10.2013.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000680-3/2018	CENTRO - AVENIDA PR	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	13/04/2018 19:52	JRJMZP			
0096536-45.2016.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291590-5		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		13/04/2018 20:30	PETWEB			
0139330-81.2016.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291635-9		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		13/04/2018 21:33	PETWEB			
0218552-84.2017.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000593-7/2018	CENTRO - RUA ASSEM	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	13/04/2018 21:58	JRJCDD			
0072536-15.1997.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000447-5/2018	TULUCA - RUA LURUGUA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	13/04/2018 22:00	JRIATE			
0500483-08.2017.4.02.5101	15001	AG DEV C PRECATORIA-ATE 14/04/18 - Su	0808	14/04/2018 00:01	JRIEHI		08ª Vara Federal do Rio de	18/04/2017 12:42
01199964-09.2017.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000626-9/2018	JARDIM SULCAP - RU	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	14/04/2018 00:34	JRIFYO			
01199964-09.2017.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000619-9/2018	VILA VALQUEIRE - RUA	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	14/04/2018 00:53	JRIFYO			
0111923-71.2014.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291729-0		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 01:11	PETWEB			
0174084-15.2017.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291630-5		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 13:45	PETWEB			
0027913-70.2009.4.02.5101 - Local 8) 2018.3020.085133-0		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 13:50	WEBSERV			
0148390-79.2017.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291895-5		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 16:19	PETWEB			
0219666-38.2017.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291907-2		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 16:53	PETWEB			
0031895-53.2013.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000150-9/2018	IPANEMA - RUA VISCON	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	14/04/2018 17:25	JRIMMN			
0052932-63.2018.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.291991-9		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		14/04/2018 19:58	PETWEB			
0022731-50.2002.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.292144-1		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		15/04/2018 12:05	PETWEB			
0028273-05.2009.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.292148-4		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		15/04/2018 12:11	PETWEB			
0115885-08.2016.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.292152-2		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		15/04/2018 12:18	PETWEB			
0078390-53.2016.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.292154-9		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		15/04/2018 12:30	PETWEB			
0006810-24.2014.4.02.5101 - Local 8) OFI.0008.000140-8/2018	CENTRO - PRACA FLOI	Certidão com resultado de diligência cada	1	15/04/2018 15:58	JRIJAF			
0171712-93.2017.4.02.5101 - Local 8) 2018.3000.292248-0		Novo Documento Cadastrado - Petição Cai		15/04/2018 16:08	PETWEB			
0007492-44.2018.4.02.5101 - Local 8) MAN.0008.000331-1/2018	PECHINCHA - RUA COI	Certidão com resultado de diligência cada	1	15/04/2018 18:52	JRJVBY			
0012776-82.2018.4.02.5117 - Local 8) MAN.0008.000457-9/2018	OLARIA - RUA ANDRE A	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	15/04/2018 22:52	JRJDOA			
0012776-82.2018.4.02.5117 - Local 8) MAN.0008.000459-9/2018	OLARIA - RUA ANDRE A	DEVOLVIDO COM RESULTADO	1	15/04/2018 22:58	JRJDOA			

No dia 16/04/2018, às 12:00 horas, existiam 4 processos e 10 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária; nenhum processo com data de entrada anterior a 16/04/2018 (segunda-feira), e nenhum expediente com data de entrada anterior a 13/04/2018 (sexta-feira).

9.2. Processos em segredo de justiça

A	B
Posição em	12/04/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	16
Documento	0
Total Geral	17

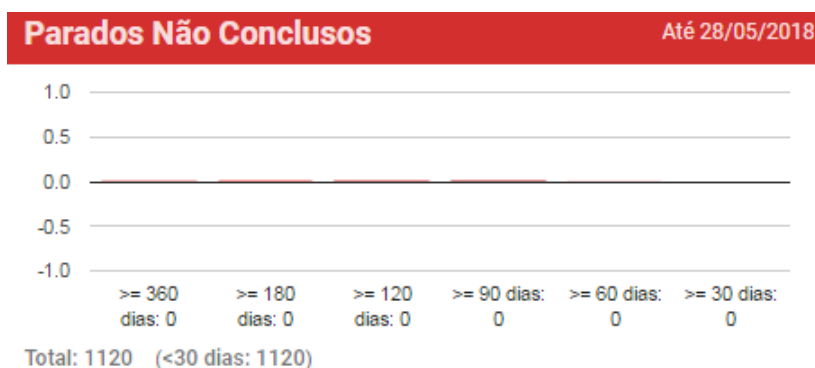
Fonte: PORTAL, acesso em 12/04/2018



Número	Classe	Tipo de segredo	Fls. da decisão de segredo	Observação
05006182020174025101	ACP improbidade	Sistema	1233 e 1828	Considerada a natureza da causa para o deferimento do sigilo
00224364720014025101	Exec. p/ título extraj.	Sistema	70	Informações sobre imposto de renda
01336646520174025101	Ordinária servidor	Sistema	96	Deferido o sigilo considerando a gravidade da doença do autor
00336930620004025101	ACP improbidade	Sistema	2473	Declarações de IR
00204133120014025101	Ordinária outras	Sistema	598	Declarações de IR

Não se constatou irregularidades nos feitos inspecionados.

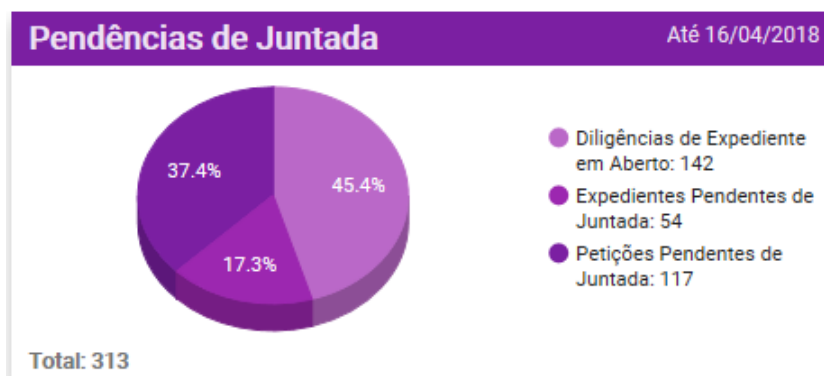
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 16/04/2018

Não há processos sem movimentação além dos prazos fixados na CNCR.

9.4. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 16/04/2018

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
19/09/08	2008.7152.149443-1	0010855-06.1999.4.02.5101	Anotação adiante	3496	TRF
11/03/09	2009.7162.042770-7	0122060-21.1991.4.02.5101	Anotação adiante	3304	Arquivo Geral
16/04/12	2012.0008.000863-0	0020805-24.2008.4.02.5101	Anotação adiante	2191	8 VF
19/04/12	2012.0008.000914-9	000920455.2007.4.02.5101	Anotação adiante	2188	CEF
29/04/14	2014.8051.005593-9	000574545.2007.4.02.5101	Anotação adiante	1448	8 VF

O Diretor esclareceu que a primeira petição consiste em pedido de um dos advogados do autor de renúncia dos poderes conferidos na procuração, e reserva de honorários advocatícios proporcionais ao trabalho realizado, estando o processo no Tribunal. A segunda da amostra refere-se a processo que teve declínio da competência para o TJ/SP, em 01/03/99, para onde foi encaminhada a petição, em 30/03/09, conforme guia 2009.432. A terceira e quarta petições da amostra já se encontravam juntadas aos autos; porém não tinham sido baixadas no sistema, o que foi providenciado nesta data. A quinta petição não foi encontrada na Secretaria, tendo sido requerido na data de hoje o desarquivamento do processo para verificação da possibilidade de a petição já estar anexada (o processo foi arquivado em 20/03/2014, pela guia 2014.260).

Destacou que a maioria das petições referem-se a processos que estão no Tribunal.

9.5. Remessa externa



Consta 01 processo físico com prazo de remessa externa vencido:

TRF2
Fls 42

Dados referentes ao dia: 14/04/2018

Relatório atual

Ano : 2018 Mês : Abril Vara : 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro Localização Atual : Externo

Medidas Data Último Movimento

				Processos							
				2017			Total				
				Abril	Agosto	Setembro					
Tipo de Processo	Situacao Processo	Último Movimento	Complemento Fase	Físico	Trâmite	Remessa, Carga	+ Autor	1			1
							+ EBCT-Correios/RJ - residual (exceção tributário)	1		1	
							+ Perito	1	1		
					Suspensão	Remessa, Carga	+ Perito	1	1		
Total								4	2	1	1

Processo 0016800-13.1995.4.02.5101. Último movimento: Remessa ao autor por motivo de vista em 26/01/2018.

Em nova consulta ao Apolo, em 28/05/2018, verifica-se que o processo permanece com o autor.

Sugere-se: intimar o autor no processo 0016800-13.1995.4.02.5101 para devolução do processo que está com prazo de remessa externa vencido.

**10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	9	4	13
Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa	14	1	15
Outras ações/Improbidade Administrativa	1	0	1
Ações Populares	4	4	4
Mandados de Segurança Coletivas	2	1	3
Habeas Corpus	0	0	0
Processos criminais com réus presos	0	0	0

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00893137520154025101	6006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Irregularidades no uso de cartões de abastecimento de combustível por servidores e terceirizados do IFRJ	sim	Conclusão para despacho	13/03/18
00048801220134025101	6002 - AÇÃO POPULAR	Suspensão das obras de construção do novo prédio do TRE	sim	Conclusã para despacho	11/04/18



01481858320154025101	6002 - AÇÃO POPULAR	Anulação de acórdão administrativo do CARF	não	Juntada Obs: processo concluso para sentença desde 10/1/17	20/02/18
01764442020174025101	6002 - AÇÃO POPULAR	Suspensão de procedimento licitatório	sim	Juntada	25/04/18
01453656220134025101	6001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ambiental	sim	Remessa para TRF2 para julgar recurso	26/04/18
00072121520144025101	6001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Pagamento de aluguel social	sim	Juntada de mandado	20/04/18
00568244820164025101	6001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Pagamento das diferenças de 3,77%, incidente sobre os vencimentos dos associados da ASSINCRA/RJ	sim	Conclusão para sentença	04/12/17
00128173420174025101	6001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Disponibilidade dos recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva aos inscritos no ENEM	sim	Conclusão para sentença	02/04/18
00859412120154025101	6006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Apuração de desvios de verbas da Correios Saúde	não	Conclusão para sentença	26/07/17
00174378520004025101	6006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Anulação de contratos de prestação de serviço firmado entre a executada e o Hospital Geral de Bonsucesso.	sim	Conclusão para despacho	03/05/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

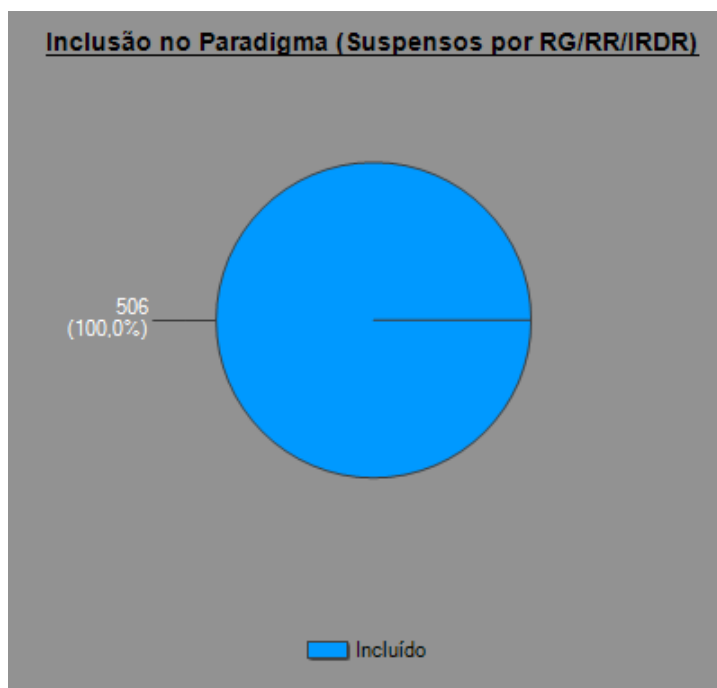
Sugere-se priorizar o julgamento dos processos n.ºs 01481858320154025101 e 00859412120154025101, conclusos para sentença em 10/1/17 e 26/6/17, respectivamente.

11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os processos suspensos (eletrônicos) com sua inserção exclusivamente no local virtual denominado “Suspensos”, anotando, no “motivo”, a razão da suspensão. Quando há prazo específico, ao final, retornam automaticamente ao balcão de entrada.

Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSOS	509

O gráfico adiante confirma a informação do supervisor de que o juízo vem procedendo a anotação do paradigma:



Os processos físicos estão em 3 escaninhos embaixo do balcão de entrada. Os que possuem paradigma ficam separados, mas os demais não possuem uma separação rígida. É colocado um prazo final na suspensão, sendo vistos em média uma vez por semana. Há aproximadamente 2 meses foi feita uma verificação de todos os processos suspensos, tanto físicos quanto eletrônicos. Existem 6 ou 7 escaninhos de processos físicos suspensos, que estão aguardando os arquivos eletrônicos da CAIXA.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:



Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
000558787.2007.4.02.5101	RE's 591797 e 626307	Suspensão em decorrência do paradigma (pagamento de correção monetária dos depósitos em poupança afetados pelos planos econômicos)
001202192.2007.4.02.5101	RE's 591797 e 626307	Suspensão em decorrência do paradigma (pagamento de correção monetária dos depósitos em poupança afetados pelos planos econômicos)
001033480.2007.4.02.5101	RE's 591797 e 626307	Suspensão em decorrência do paradigma (pagamento de correção monetária dos depósitos em poupança afetados pelos planos econômicos)
0020310-43.2009.4.02.5101	RE's 566471 e 657718	Suspensão em decorrência do paradigma (Fornecimento pelo Estado de medicamento não incorporado pelo SUS)
0021351-11.2010.4.02.5101	RE 754276	Suspensão em 18/11/2014 até o pronunciamento definitivo do STF no RE nº 754276 (tema 449 - Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente)

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0019759-39.2004.4.02.5101	Aguarda o exequente manifestar-se quanto à localização de bens do executado	06/10/17	Suspensão até 06/10/18
00004223520024025101	Até o julgamento final nos Embargos de Terceiro 00160515820164 025101	09/06/16	O processo suspenso trata de execução por título extrajudicial
00019904220094025101	Até o julgamento do REsp do autor pelo STJ	23/02/18	Suspensão pelo despacho de fl. 274
0019515-52.2000.4.02.5101	Aguarda o exequente manifestar-se quanto à localização de bens do executado	13/10/17	Suspensão pelo despacho de fl. 320, por um ano, CPC, art. 921, III.
0016845-65.2005.4.02.5101	até julgamento final nos Embargos à Execução nº 001521993.2014. 4.02.5101	28/01/15	A ação que teve o processo suspenso é da classe ordinária tributária (IR pessoa física)



O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

TRF2
Fls 47

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

A unidade correccionada enviou 41 precatórios e 208 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/04/2017 a 31/03/2018). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 19 precatórios e 86 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
00840936220164025101	RPV	27/04/17	Não enviado	Em 14/03/18, decisão na impugnação da União, em sede de liquidação de execução individual de título judicial de ação coletiva, acolhendo, em parte, a impugnação para reconhecer excesso na execução e determinar o seu prosseguimento com base no valor apurado pela Contadoria Judicial; em 12/04/18 despacho de mero expediente, sendo este o último movimento.
01070999820164025101	Precatório	18/05/17	Não enviado	Em 29/05/17, despacho mandando Contador Judicial ratificar ou corrigir os cálculos elaborados; em 11/04/18, conclusão para despacho, sendo este o último movimento.
00233302320014025101	RPV	21/09/17	Não enviado	Em 18/12/17, a autora manifesta discordância dos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial; em 15/01/18 despacho indeferindo nova remessa dos autos à Contadoria Judicial; em 20/02/18 a autora reitera pedido de remessa dos autos à Contadoria; em 27/02/18, despacho determinando que a autora verifique os cálculos; em 16/03/18 a autora diz que não se opõe aos Cálculos da Contadoria; em 16/03/18 despacho determinando a expedição de RPV, tendo em vista a anuência das partes, sendo este o último movimento.
07719852419004025101	RPV	08/11/17	Não enviado	Em 13/12/17, a UFRJ pediu o cancelamento da requisição formulada, levando-se em conta que o crédito dos autores está prescrito; em 04/04/18 a parte autora alega que não há de se falar em prescrição intercorrente, sendo este o último movimento.
06049738219004025101	RPV	24/11/17	Não enviado	Em 08/01/18, a autora alega que no requisitório expedido de fl. 160 se fez a dedução do valor (histórico) dos honorários de sucumbência devido pelo autor. Assim, segundo a autora, deve à exequente apenas a correção dos honorários de sucumbência; em 29/01/18 a UFF discordou da alegação



				<p>de dedução/compensação, reiterando sua manifestação de fl. 165/166, devendo a autora ser intimada para pagamento dos honorários no valor total; em 01/02/18 despacho determinando a retificação ou reexpedição de RPV de fl. 160, a fim de afastar a compensação dos honorários devidos aos procuradores federais, arbitrados na decisão de fl. 154; em 23/02/18 a AGU pediu que o pagamento de honorários seja feito por destaque no RPV que a parte tem a receber; em 16/04/18 movimentação cartorária tipo aguardando petição, sendo este o último movimento.</p>
--	--	--	--	---

TRF2
Fls 49

**13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 180 e 181 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 13/04/2018, havia anotação de acautelamento de bens sem valor econômico expressivo, tais como, mídias, petição, termo de quitação e cancelamento de hipoteca, guardados no cofre da secretaria, aberto, durante a Correição, na presença dos servidores da Corregedoria Victor Manoel Martinez e André Luiz Santos Amaral.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0025468-69.2015.4.02.5101	11/10/17	sim	O processo está em segredo de justiça e o registro está regular.
0506270-86.2015.4.02.5101	05/10/17	sim	O material acautelado é o termo de quitação e procurações.
0146988-30.2014.4.02.5101	31/10/17	sim	O material acautelado é uma mídia com cópia de processo administrativo.
0078900-66.2016.4.02.5101	22/09/17	sim	O material acautelado é um "pen-drive".
0010750-58.2001.4.02.5101	13/07/17	sim	O material acautelado é um CD para entregar ao perito com uma petição juntada aos autos.



14. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe de 05 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga a Advogados e auxiliares do Juízo;
- 3) Entrega de autos às partes sem traslado;
- 4) Reclamações e inspeções;
- 5) Processos remetidos para o MPF;

Todos os livros estão regulares, sem rasuras, e todas as folhas estão rubricadas e numeradas, com termo de abertura lavrado. Não há registros de reclamações.



15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 8ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro fica no 6º andar do anexo II do edifício localizado na Avenida Rio Branco, 243, no centro da cidade, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para a equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados.



O balcão de atendimento ao público externo é acessível e existe um mural para orientação do público.



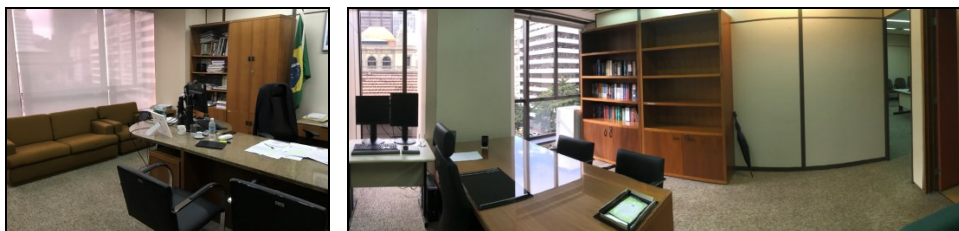
A sala da Secretaria da Vara é ampla e mesmo com diversos armários com processos físicos, tem um *lay-out* funcional, com boa área de circulação. Não foi constatado mofo ou poeira no ambiente.



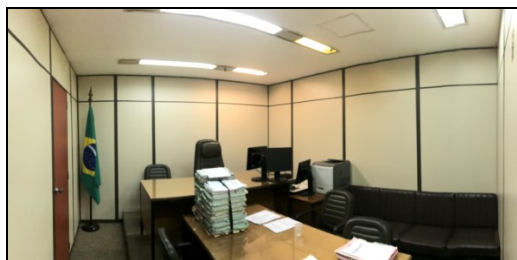
Banheiros limpos e organizados. As Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, estão em bom estado de conservação e são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa e um local para refeições.



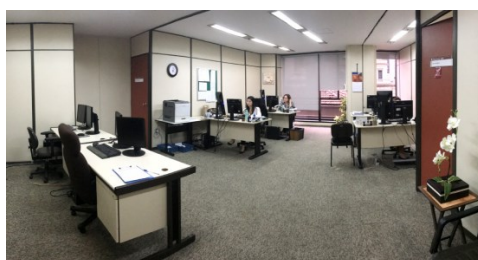
Os Gabinetes dos Juizes Federais Titular e Substituto são amplos, com mesas, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.



A sala de audiências é funcional e adequada aos padrões da justiça.



O setor de apoio aos gabinetes é amplo, bem dividido e funcional.

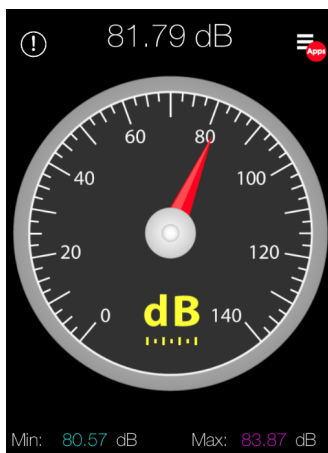


A refrigeração em toda Vara é feita através de sistema de ar condicionado central, o que torna a temperatura de todos os ambientes bem agradável.

Houve reclamações quanto ao ruído nas saídas de ar do sistema de ventilação dos aparelhos de ar condicionado da Secretaria do juízo.

Durante a visita da equipe de correição o incômodo e constante do ruído do sistema de refrigeração pode ser constatado, ficando pouco abaixo do limite máximo de tolerância para exposição humana.

Medição efetuada em aplicativo de celular registrou nível de ruído entre 80,57 e 83,87 decibéis. A Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho indica, para um período de oito horas, o nível máximo de ruído tolerável de 85 decibéis.





O Diretor de Secretaria informou que naquela mesma semana da correição teria início uma obra na vara, mas não tinha a ver com o ruído do ar condicionado.

Na parte de informática, são 21 computadores, todos com 2 monitores em LCD). A velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria, em sites especializados, resultou em 93,7 Mbps para “download” e 50,4 Mbps para “upload”. São 3 impressoras lexmark grandes e 01 Samsung multifuncional com scanner.

Os servidores e estagiários têm em suas mesas equipamentos de proteção contra doenças ocupacionais e apoio para os pés.

16. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA

16.1. CÍVEL

16.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças

Não há processos versando sobre sequestro internacional de crianças registrados no Apolo.

16.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Não há processos versando sobre entrega de certificado de naturalização registrados no Apolo.



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região
Correição Ordinária na **08VF-RJ – 16 a 20/04/2018**

TRF2
Fls 56

Documento No: 1008404-5-0-18-43-234541 - consulta à autenticidade do documento através do site <http://portal.trf2.jus.br/autenticidade>



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (2016.02.01.900111-6, SIAPRO), realizada de 02 a 06 de maio de 2016, foi arquivado em 21/11/2016, sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 10/06/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/11036), e atendidas pelo Juízo em 13/07/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016-06766).

1. *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;*
2. *Diligenciar no sentido de diminuir os processos cadastrados no motivo de suspensão “outros – fase/processo de conhecimento” (166 processos) e “outros – fase/processo de execução” (249 processos), cadastrando-os em motivos mais específicos, quando houver, nos termos deste relatório;*
3. *Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão. E, neste campo, evitar as classificações repetitivas, com conteúdo semelhante, como demonstrado no item respectivo deste relatório;*
4. *Efetivar os mecanismos para diminuição do número de processos conclusos para sentença com prazo vencido (307 processos);*
5. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 375 processos com tal fase não informada;*
6. *Buscar reduzir ao mínimo o tempo médio entre o início da execução e a expedição do Precatório/RPV;*
7. *Verificar os processos com bens constritos indicados neste relatório e, conforme o caso, atualizar/retificar o respectivo cadastro;*
8. *Observar as regras de depósito e guarda de bens, conforme o previsto no art. 245, II c/c o art. 203, §2º da CNCR, especialmente em relação ao processo nº 00015902820094025101.*



18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Priorizar a prolação de decisões e sentenças nos processos conclusos além dos prazos do art. 57, CNCR (item 6.3);
- 2) Intimar a parte autora para devolver o processo nº 0016800-13.1995.4.02.5101 (Ação Ordinária/Servidores públicos, com execução extinta por sentença em 19/12/2017) a devolver os autos físicos retirados em 25/01/2018 e não devolvidos até 28/5/2018 (item 9.7);
- 3) Priorizar o julgamento da Ação Popular nº 01481858320154025101 e Ação Civil Pública nº 00859412120154025101, conclusas para sentença em 10/1/17 e 26/6/17, respectivamente (item 10).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Marcos Augusto Rodrigues Guilam, André Luiz Santos Amaral, Victor Manoel Martinez, Renan Giusti Barbosa e José Vicente Benevenuti, revisado por Marcos Augusto Rodrigues Guilam, Coordenador de Núcleo, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2018.

FÁBIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário